

## **A Articulação Social e o Poder Político Legitimado: Uma Contribuição para a Análise das Transformações do Contexto Social Contemporâneo<sup>1</sup>**

**Emmanuelle Fonseca Marinho de Anias Daltro, Sivanildo da Silva Borges, Elizabeth Matos Ribeiro e Bárbara Leonora Souza de Miranda**

### **Resumo**

A preocupação com danos ao meio ambiente e à saúde da população advindos da possível instalação de duas usinas termoeletricas levou a população de um pequeno município do interior da Bahia a desencadear uma série de manifestações contrárias à implantação de tais equipamentos nos limites do município e adjacências. Este estudo de caso único, o qual adota como estratégia metodológica a pesquisa documental e tangencia a Teoria da Administração Política, revela que o Movimento Termoeletricas Jamais, organizado pela sociedade civil de um pequeno município brasileiro, trouxe uma contribuição para a sociedade na medida em que despertou a população para a possibilidade de interferir nas políticas sociais e na conformação política local.

### **Palavras-chave**

Movimento Termoeletricas Jamais, Movimentos Sociais, Participação Popular.

### **Abstract**

The concern about damages to the environment and the population's health, arising from the possible installation of two power plants, led the population of a small city in the countryside of Bahia to trigger a series of protests against the deployment of that equipment within the city limits and surroundings. This single case study, which adopts documental research as a methodological strategy and is supported by the Political Management Theory, reveals that the "Termoeletricas Jamais" Movement, organized by civil society, brought a contribution to the society in the sense that it awakened the public to the possibility of interfering with social policies and in local politics conformation.

### **Keywords**

"Termoeletricas Jamais" Movement. Social Movements. People's Participation.

## INTRODUÇÃO

A articulação entre os atores sociais, técnicos e políticos pode atuar como catalisadora das melhorias sociais, uma vez que o alinhamento entre a demanda popular, a construção técnica de um programa ou de um projeto e a execução do mesmo é percebido, intuitivamente, como favorável para o atendimento ao interesse público. Portanto, neste trabalho, adota-se como premissa que é possível estabelecer uma articulação ascendente que se dê a partir do povo, ocupe os espaços de poder com maior legitimidade e contribua para a obtenção de ganhos sociais. Sendo assim, este artigo busca analisar o processo de articulação sócio-técnica-política com base num fato concreto e tendo como pano de fundo a Teoria da Administração Política. Além desta parte introdutória, o trabalho é composto da descrição da metodologia empregada, da explicação e discussão do caso e das considerações finais, nas quais são apresentados os principais resultados alcançados.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso único que adota como estratégia metodológica a pesquisa documental. O estudo de caso legitima-se, neste trabalho, por permitir aos pesquisadores terem como foco a compreensão de um caso particular e em um período de tempo delimitado, ainda que seja necessário deprender algum conhecimento sobre o todo. Para Merriam (1988 *apud* GODOY, 2006), a opção pelo estudo de caso revela o interesse do pesquisador na compreensão dos processos sociais ocorrentes em um contexto estabelecido em oposição às relações entre variáveis estabelecidas. A autora defende ainda sua utilização quando os pesquisadores desejam entender uma situação, salientando seu significado para os vários envolvidos. O método em questão permite “rastrear processos de mudança, identificando e analisando as forças históricas, pressões contextuais e a dinâmica dos vários grupos de *stakeholders* na aceitação ou oposição a tais processos, em uma ou mais organizações, ou em grupos específicos no seu interior” (GODOY, 2008, p. 117).

O lócus desta pesquisa é Sapeaçu, um município de pequeno porte localizado no Território Recôncavo da Bahia, o qual, por sua vez, está situado na Região Nordeste do Brasil. O Brasil é uma República Federativa constituída de 27 estados e um distrito federal, agrupados geograficamente em cinco regiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Cada estado é, por sua vez, composto por grupos de cidades, chamadas municípios. Ao se observar o Estado da Bahia, está se tratando de um universo de 417 municípios, sendo que, com exceção da capital Salvador e da cidade de Feira de Santana, classificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como metrópole e cidade grande, respectivamente, todos se enquadram nos perfis de cidade média ou pequena (DALTRO et al., 2014).

Para fins de gestão das políticas públicas, os municípios da Bahia estão agrupados em 21 Territórios Identidade, sendo que o Território de Identidade do Recôncavo, ou simplesmente Território Recôncavo, possui uma área de 5.250,51 km<sup>2</sup> e uma população de 649.425 habitantes, distribuída entre 20 municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira,

Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (SEPLAN, 2014). Conforme Daltro e outros autores (2014), o Território Recôncavo, considerado um celeiro cultural, tem recebido investimentos importantes da área de educação e infraestrutura, com destaque para a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Estaleiro de São Roque do Paraguaçu.

O objeto do caso em estudo é a articulação entre indivíduos no escopo de um movimento sócio-político e ambiental que se conforma, inicialmente, como movimento social e evolui para agremiação político-partidária formal. As principais fontes de dados para a elaboração deste estudo foram os *sites* e as mídias sociais de domínio público acessados por meio da *internet*, além de documentos cedidos pela Coordenação do MOVA-SE.

Utilizando-se a análise de conteúdo, foram categorizados a motivação para o *start* do processo de articulação entre os indivíduos; os caminhos percorridos desde a mobilização social até o envolvimento político partidário; e os principais desdobramentos e resultados alcançados pelo movimento sócio-político ambiental.

Desenvolvida nos Estados Unidos, século passado, com propósito de analisar os símbolos políticos dos conteúdos jornalísticos por cientistas políticos, por definição, temos que:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977 *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 570).

Justifica-se a opção por esta técnica de pesquisa, por esta trabalhar tradicionalmente com textos escritos, a exemplo das mídias sociais de domínio público, acessado por meio da *internet*, “permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682), permitindo ainda o acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não. Podendo ainda, analisar as representações sociais sobre determinado objeto, inconsciente coletivo em determinado tema, repertório semântico ou sintático de determinado grupo social (OLIVEIRA, 2008).

## **A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA COMO PANO DE FUNDO PARA A ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO**

Sendo a Administração o campo de convergência de diversos saberes e práticas sociais, assumindo o papel científico e político dos atos e fatos administrativos que integram, de forma indissociável, o pensar e agir nas práticas sociais individuais e organizacionais, com vistas a alcançar a transformação das relações sociais de produção, realização e distribuição, cabe à Administração Política definir e estruturar as diferentes formas de gestão e gerência

que viabilizem o alcance dos objetivos das demandas dos indivíduos, da sociedade e das organizações (SANTOS; RIBEIRO; SANTOS, 2009).

Ao assumir o conceito de Administração Política como base para este trabalho, considera-se, portanto, um conceito de políticas públicas mais ampliado, baseado em uma perspectiva crítica e contextualizada das ações do poder público. Assim, por políticas públicas, entende-se, pois, ações comprometidas com o pleno interesse da sociedade, isto é, interesses vinculados ao bem comum, definidos pela coletividade. Conforme destaca Santos e outros autores (2007, p. 831), é preciso compreender que existem políticas estatais voltadas para garantir a expansão capitalista ou para amenizar os efeitos negativos da irracionalidade da acumulação privada, denominadas de políticas sociais.

Para Frey (2000), somente a convicção de que um problema social precisa ser dominado política e administrativamente o transforma em um problema de política pública. A partir daí, tem-se que decidir se o tema efetivamente deve ser inserido na pauta (agenda) política atual ou se o tema deve ser excluído ou adiado para um momento posterior, não obstante sua relevância para a transformação da realidade social. Para a tomada de decisão, é necessária, pois, uma avaliação preliminar sobre os custos e benefícios das várias opções disponíveis de ação, assim como uma avaliação das chances do tema ou projeto se impor na arena política. Para o citado autor, isso não exige necessariamente uma “tematização pública” dos projetos, mas, pelo menos, é conveniente o envolvimento dos relevantes atores políticos interessados (FREY, 2000), sendo que, muitas vezes, o resultado ou impactos reais de certas políticas não correspondem aos impactos projetados inicialmente.

**Figura 1** - Movimento Termoeletricas Jamais (MTJ)



Fonte: Blog Energia Termoeletrica (2009).

## O START: A LUTA PELA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

Em 2009, a preocupação com a poluição atmosférica advinda da possível instalação de duas usinas termoeletricas (UTES) para gerar cerca de 300 MW, a partir de óleo pesado, e dos decorrentes danos ao meio ambiente e à saúde da população, levou os moradores de Sapeaçu a desencadear uma série de manifestações contrárias à implantação de tais equipamentos nos limites do município e adjacências. Na liderança das ações, encontrava-se um jovem pesquisador que se legitimou a partir do conhecimento técnico-científico sobre o tema e da relativa capacidade de articulação com instituições de ensino superior de abrangência local, nacional e internacional. Ele contou com o apoio de representantes políticos, sobretudo do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, com operadores do Direito e outros atores e movimentos ambientalistas locais e, conforme é possível observar nas entrevistas concedidas às mídias sociais e aos *sites* locorregionais, as manifestações batizadas de **Movimento Termoeletricas Jamais (MTJ)** ganharam importância na medida em que a mídia passou a cobrir os eventos sistematicamente colaborando no processo de comunicação e divulgação da agenda de reivindicações e os potenciais riscos do empreendimento poluidor.

Cançado e outros autores (2006) definem que a poluição atmosférica é a presença de substâncias estranhas na atmosfera, resultantes da atividade humana ou de processos naturais, em concentrações suficientes para interferir direta ou indiretamente na saúde, segurança e bem-estar dos seres vivos. Para os autores, a queima de biomassa, em ambientes externos e internos, utilizada desde a pré-história para produção de energia, tem sido uma das importantes fontes de poluição atmosférica gerada pelo homem. Entretanto, a partir da Revolução Industrial, surgiram novas e mais agressivas fontes de poluição do ar devido à queima de combustíveis fósseis nos motores a combustão, nas indústrias siderúrgicas, nos veículos automotivos e, inclusive, nas usinas termoeletricas.

A poluição do ar causa uma resposta inflamatória no aparelho respiratório induzida pela ação de substâncias oxidantes, as quais acarretam aumento da produção da acidez, da viscosidade e da consistência do muco produzido pelas vias aéreas, levando, conseqüentemente, à diminuição da resposta e/ou eficácia do sistema mucociliar (CANÇADO et al., 2006). A literatura biomédica está repleta de estudos sobre os efeitos agudos da poluição do ar sobre a saúde. A maior ênfase é dada a dois desfechos: mortalidade e admissões hospitalares. A associação entre mortalidade e admissões hospitalares por doenças respiratórias e exposição à poluição do ar tem sido investigada, de forma mais sistemática, desde o começo da década de 1990, sendo que, em resumo, os efeitos agudos da poluição do ar sobre as doenças respiratórias estão associados a diferentes poluentes e afetam, predominantemente, as crianças e os idosos (CANÇADO et al., 2006).

Durante as ações do MTJ, opositores ao movimento questionavam se nos municípios baianos onde existem usinas termoeletricas teria se dado o agravamento de problemas de saúde. No sentido de sinalizar uma reflexão inicial sobre a questão, observaram-se dados de internação hospitalar por doenças respiratórias na população da microrregião de saúde de Cruz das Almas e da microrregião de saúde de Camaçari.

A microrregião de saúde de Cruz das Almas, da qual o município de Sapeaçu faz parte, está localizada no Território Recôncavo. Nesta microrregião, a economia é predominantemente agrícola, sendo pouco observados equipamentos poluidores. A microrregião de saúde de Camaçari, localizada na região metropolitana de Salvador, capital da Bahia, foi escolhida como comparador por abrigar, além de usina termoeletrica, diversas indústrias potencialmente poluidoras.

**Quadro 1** - Taxa de internação hospitalar por doenças respiratórias por ano (Cap. CID 10)\*

Ano	Microrregião Cruz das Almas	Microrregião Camaçari
2008	223	289
2009	242	237
2010	189	279
2011	191	284
2012	174	249
2013	121	208

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE Cidades e do SIH/SUS/DATASUS/MS (IBGE; DATASUS, 2014).

Nota: \*A cada 100.000 habitantes.

A análise do Quadro 1 revela que pode existir uma associação forte entre poluição atmosférica e doenças respiratórias. Ressalta-se o caráter ilustrativo desta informação, o qual carece de maior aprofundamento para gerar afirmativas.

No escopo do MTJ, o argumento de danos à saúde foi fortalecido pela observação direta da insuficiência de capacidade instalada para atender tanto a nível ambulatorial quanto hospitalar os indivíduos que necessitam de atendimento médico, sobretudo na área que trata das doenças respiratórias: a pneumologia.

A incidência de muitas doenças respiratórias está relacionada com o aumento da poluição atmosférica. Os hospitais da nossa região não estão preparados para tratar dos casos decorrentes desta poluição (BORGES, 2009a).

Sapeaçu não tem um atendimento de qualidade em sua rede de saúde e esta realidade é comum para a maioria dos municípios da nossa região. Isto significa que testemunharemos uma grande busca por atendimentos decorrentes de problemas respiratórios e poderemos ser uma das vítimas (BORGES, 2009b).

Desta forma, pautados em argumentos válidos, os participantes do MTJ realizaram uma série de eventos que marcaram o Território Recôncavo e tiveram efeitos regionais e nacionais.

**Quadro 2** - Histórico das ações do MTJ – 2007 - 2010

<b>HISTÓRICO DAS AÇÕES</b>	
<b>2007</b>	Empreendedor conquista direito de construção das UTEs no leilão A-3 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2007.
<b>2008</b>	Resolução Autorizativa nº 1.735 permite a transferência do controle societário das UTEs Itapebi e Monte Pascoal, detido pela South Bahia S.A., para a Multiner S.A.
	Início dos trabalhos de terraplanagem no local escolhido para a construção das UTEs.
<b>2009</b>	Audiência pública para apresentação dos projetos das UTEs e intervenção do Prof. Silvanildo Borges acerca dos possíveis malefícios provocados pelo empreendimento.
	Primeira manifestação popular do MTJ.
	Entrega de processos ao MPF-BA, ao MPE-BA e ao IMA, solicitando nova Audiência.
	Manifestação com caminhada até a terraplanagem.
	Primeira reunião com os representantes legais das UTEs.
	Reunião do MTJ com IMA e representantes legais das UTEs.
	Mobilização de outros municípios.
	Reunião com o MPF-BA.
	Reunião com ambientalistas conselheiros do CEPRAM.
	Participação de populares de Sapeaçu em sessão plenária do CEPRAM, com fala do coordenador do MTJ.
	Interrupção das obras de construção das UTEs.
	Participação de 150 integrantes do MTJ em votação pelo CEPRAM das licenças de localização – sendo a votação adiada em decorrência de pedido de vistas aos processos por conselheiros de ONGs ambientalistas – paralisação da via Luís Viana Filho em Salvador pelo MTJ.
	Participação de 700 integrantes do MTJ em votação pelo CEPRAM das licenças de localização – sendo a licença concedida por 11 votos a favor e 8 votos contra.
<b>2010</b>	Concessão ad referendum das licenças de implantação para as UTEs.
	Solicitação, pelo MTJ, à Presidência da República do Brasil, ao Governo do Estado da Bahia e à Presidência do CEPRAM do cancelamento das licenças já concedidas às UTEs.
	Resoluções números 4096 e 4097 do CEPRAM anulam todas as licenças concedidas às UTEs até então. Fim das usinas termoeletricas poluidoras Itapebi e Monte Pascoal na cidade de Sapeaçu.

Fonte: Noirtin e Borges (2011), adaptado pelos autores.

Nota-se, a partir do histórico das ações, relacionado no Quadro 2, que o problema social transformou-se em um problema de política pública, muito embora não adotado pelo poder público em exercício naquela oportunidade. Em meados de 2010, a empresa ganhadora do leilão que concedeu o direito de implantação das usinas termoeletricas recuou, devido, principalmente, às pressões judiciais motivadas pelas ações do movimento popular mencionado.

## **DESCOBRIMOS O CAMINHO: ADELANTE!**

Com o sucesso do movimento, os participantes, a esta altura já empoderados e com relativo grau de articulação, tomaram a decisão de constituir juridicamente uma organização que pudesse dar continuidade ao processo de participação social no município. Deu-se então a constituição de uma organização não governamental voltada principalmente para questões ambientais: o Movimento Verde de Ação Social e Ecológica (MOVA-SE).

O MOVA-SE foi constituído em 19 de agosto de 2010. Trata-se de uma organização social sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sediada na Rua da Vitória, SN, Centro, Sapeaçu - Bahia, regendo-se por Estatuto próprio e legislação que lhe for aplicável, e que se propôs, desde sua criação, a realizar ações voltadas para o social e o ambiental.

Entre janeiro de 2011 e abril de 2012, a organização realizou diversas atividades com participação ativa da comunidade local e atuou em atividades de cunho social, cultural, ambiental e esportivo. Os integrantes do movimento trabalham no processo para obtenção da declaração de utilidade pública para que as atividades sejam mantidas e incrementadas com o apoio de instituições de fomento.

**Figura 2** - Vista aérea da terraplanagem para a instalação das UTEs; Manifestação indo em direção à terraplanagem; ativistas do MTJ e paralisação da via Luís Viana Filho em Salvador (em sentido horário)



Fonte: Arquivos do MOVA-SE (2011).

As ações do MOVA-SE, voltadas para conscientização ambiental, transformaram-se em objeto de estudo e pesquisas acadêmicas, inclusive sendo tema de publicação em um



seminário internacional. Em Stuttgart, na Alemanha, entre os dias 18 e 22 de julho de 2011, uma comitiva com oito pessoas do Recôncavo da Bahia participaram do Simpósio Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Sustentável, no qual apresentaram *banners*, bonés e camisetas com a logomarca do MOVA-SE e, também, do Movimento Termoeletricas Jamais. Para os integrantes do MOVA-SE, foi muito importante a divulgação internacional de um movimento ambiental e socialmente atuante.

Neste ponto, já se via, no conjunto dos ativistas, um desejo de avançar em direção à política partidária. Em maio de 2011, a maioria dos integrantes do MOVA-SE ingressaram numa organização político-partidária, implantando o Partido Verde (PV) local. Tem-se, neste escopo, em primeira análise, uma das poucas, talvez a única, agremiação política do município que teve sua fundação pautada em demandas populares e cuja legenda foi escolhida em função do alinhamento estratégico com o movimento social em curso. Neste caso, o MOVA-SE e os princípios do partido político adotado. O PV local apresenta como objetivo colocar o município “no caminho do desenvolvimento sem a destruição da natureza e sem desrespeitar os direitos sociais, criando oportunidades iguais para todos, gerando emprego e proporcionando educação de qualidade, tudo com muita ética e honestidade” (PV DE SAPEAÇU, 2012).

Ao longo de 2011 e 2012, o grupo de ativistas, a esta altura com muitos membros filiados ao partido político escolhido como representante dos interesses do grupo, assumiu o processo de construção de um projeto político partidário, no qual foram escolhidos pré-candidatos aos cargos eletivos dos Poderes Legislativo e Executivo municipais. Nesta etapa, o MOVA-SE proporcionou a seus integrantes um curso de formação política. Deste processo, resultou a elaboração do programa de governo da coligação “A Vez do Povo é Agora”, composta pelo PV e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Neste programa, apresentado para fins de registro da candidatura dos postulantes aos cargos eletivos de Prefeito e Vice-Prefeito do município, é possível perceber as impressões ideológicas do MTJ e do MOVA-SE, sendo, portanto, uma peça genuína da articulação social-técnica e política empreendida. Nas eleições municipais de 2012, a coligação A Vez do Povo é Agora recebeu 913 votos para a chapa majoritária e 1019 votos para o conjunto de postulantes ao cargo de Vereador, elegendo 1 dentre os 11 vereadores que compõem a Câmara Municipal de Sapeaçu (TSE, 2012).

Percebe-se, no desenrolar do caso estudado, que a evolução de movimento social para movimento político-partidário foi gradual e, em primeira análise, não sofreu desvios da finalidade original. Desta forma, admite-se que a proposta política e o plano de governo construído pelos ativistas é, de fato, um plano de governo participativo e um legado do movimento sócio-administrativo-político, representando demandas objetivas da sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Coadunando com Teixeira (2001) e Santos e outros autores (2007), o caso estudado demonstra que a participação política não se restringe ao voto, para além disso, ela é uma

ação coletiva que busca interferir no poder político. Da mesma forma, o poder político não é só o exercício do cargo, ele implica em uma relação social contraditória e complexa e exige que os diversos atores sejam sujeitos.

Como primeiro movimento popular organizado pela sociedade civil no município, o MTJ trouxe uma contribuição para a sociedade na medida em que despertou a população para a possibilidade de interferir nas políticas sociais e na conformação política local e deu origem a uma organização não governamental ativa e mobilizadora. O caso observado leva à suposição de que é possível a ocupação dos espaços de poder de forma legítima a partir da articulação ascendente, com acréscimo de conhecimento técnico-científico e, por fim, com a escolha e adoção de agremiação partidária alinhada com os propósitos originais.

Conclui-se, pois, que os atos e fatos administrativos refletem interesses sociais diversos, o que permite afirmar que a teoria da administração política se adequa perfeitamente a essa análise crítica e contextualizada, refletida no estudo de caso narrado, demonstrando, desse modo, que há uma intencionalidade que orienta as relações sociais de produção, realização e distribuição, o que implica afirmar que há uma direção, uma administração em todas as ações sociais, políticas e, portanto, administrativas que fundamentam e orientam a vida em sociedade.

Considerando que as pessoas, a sociedade e a política estão em constante transformação, sinalizamos que este estudo reflete o passado. Do registro à observação dos dados, é muito provável que algumas relações tenham sido cortadas, estabelecidas ou reestabelecidas, bem como as motivações e intenções tenham se modificado. Nesse sentido, na medida em que assumimos uma limitação deste estudo, consideramos a possibilidade de continuar a observação sobre o objeto em tela, numa perspectiva processual, adotando métodos capazes de perceber o desenvolvimento humano, social e político no âmbito dos movimentos sociais, em especial no Recôncavo da Bahia, pois, em se tratando de municípios pequenos, onde se acirram as disputas políticas, a visão de boa parte da população/eleitores se figura como um obstáculo à projeção dos fatos aqui em apreço. Famílias inteiras são cativadas por grupos políticos e a ideia de que aqueles votos são de determinado candidato/grupo perpetuamente, independentemente do projeto político, quando existe, tende a esfacelar a propositura de ações como aqui apresentadas, principalmente sem o crédito técnico-científico.

Conclui-se com isso, também, que avaliar/partilhar um caminho de protagonismo partindo das massas com metas plenamente alcançadas não dará subsídios para a constatação de modelos, pois os sistemas político-privados são dinâmicos e devem ser avaliados caso a caso. Por outro lado, casos como esses devem servir de referência e objeto incentivador para convalidar anseios e reprimir imposições.

## **NOTA**

1 Submetido à RIGS em: ago. 2014. Aceito para publicação em: mar. 2015.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Sivanildo da Silva. **Manifestação contra termoeletricas alertou população**. 2009a. Disponível em: <<http://termoenergia2va.blogspot.com.br/2009/11/news.html>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Sapeçu vai ter duas termoeletricas movidas a óleo pesado (OCB1)**. 2009b. Disponível em: <<http://termoenergia2va.blogspot.com.br>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

CANÇADO, J. E. D. et al. Repercussões clínicas da exposição à poluição atmosférica. **J Bras Pneumol**. v. 32, supl. 1, S5-S11, 2006.

CAREGNATO, Rita Catalina A.; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, out./dez. 2006.

DALTRO, Emmanuelle Fonseca Marinho de Anias et al. **Mídias sociais na administração pública: um estudo sobre a utilização do Facebook pelos municípios do Recôncavo do Estado da Bahia – Brasil**. 2014. No prelo.

DATASUS. [Portal institucional]. Disponível em: <[www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília-DF, n. 21, 2000.

GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 115-146.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. Disponível em: <[www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)>. Acesso em: 18 abr. 2014.

MATOS, Elizabeth Ribeiro; SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política: um novo campo de pesquisa, ensino e extensão em Administração**. Salvador, 2012. Palestra.

MOVIMENTO TERMOELÉTRICAS JAMAIS (MTJ). [Blog]. Disponível em: <<http://movimentotermoeletricasjamais.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 maio 2014.

NOIRTIN, Célia Regina F. Faganello; BORGES, Sivanildo da Silva. Princípios de direito ambiental e movimentos populares: o caso de duas termoeletricas na Bahia – Brasil. In: SIMPÓSIO BRASIL-ALEMANHA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PRESERVAÇÃO DO CLIMA E DOS RECURSOS NATURAIS, 5., Stuttgart, 2011. **Anais...** 2011.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. enferm**. Rio de Janeiro: UERJ, v. 16, n. 4, p. 569-76, out./dez. 2008.

PV DE SAPEAÇU. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://pvdesapeau.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 maio 2014.

SANTOS, Reginaldo Souza et al. Compreendendo a natureza das políticas do Estado capitalista. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, out. 2007.

SANTOS, Reginaldo Souza; RIBEIRO, Elizabeth Matos; SANTOS, Thiago Chagas Silva. Bases teórico-metodológicas da administração política. **REBAP. Revista Brasileira de Administração Política**, v. 2, p. 19-43, 2009.

SEPLAN – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. **Territórios de Identidade**. 2013. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Salvador: UFBA, Recife: Equip, 2001.

TRE – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Proposta de Governo nº 38911-50000000539-1899**. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/mostrarPropostaGoverno.action?sqCand=50000000539&codigoMunicipio=38911>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2012**. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2012>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

VALDIR SANTOS. [Blog]. Disponível em: <<http://waldirsantos.com.br>>. Acesso em: 14 maio 2014.

**Emmanuelle  
Fonseca  
Marinho de  
Anias Daltro**

Doutoranda em Administração, na área de Tecnologia, Inovação e Competitividade, pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA (CIAGS) e Bacharel em Enfermagem pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Exerce o cargo efetivo de Auditora em Saúde Pública na Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Jesus (BA) e é Professora Assistente na Faculdade Maria Milza. É pesquisadora do Núcleo de Política e Administração em Ciência e Tecnologia da UFBA (NACIT) e preceptora do PET-Saúde GraduaSUS no grupo do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

**Sivanildo da  
Silva Borges**

Licenciatura em Química Aplicada pela Universidade do Estado da Bahia. Mestrado em Química pela Universidade Federal da Bahia e doutorado em Química pela Universidade Federal da Bahia. É pós-doutor em Química Analítica pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Adjunto 2 da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Tem experiência na área de Química, com ênfase em Instrumentação Analítica, atuando principalmente nos seguintes temas: Sonoquímica, Análises por Injeção em Fluxo (FIA), Análise por injeção Sequencial (SIA), Métodos Óticos de Análise, Análise Química Ambiental e Potenciometria.

**Elizabeth  
Matos Ribeiro**

Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal da Bahia. Doutora em Ciências Políticas e da Administração pela Universidade de Santiago de Compostela-Espanha. Atualmente é Professora Adjunta IV da Universidade Federal da Bahia, lecionando nos cursos de graduação as seguintes disciplinas: Administração Política, Elaboração e Avaliação de Projetos, Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas e Indivíduo e Espaço Público; no Mestrado Profissional em Administração/NPGA leciona a disciplina Políticas Públicas e Planejamento Governamental; no Mestrado Profissional em Desenvolvimento Socioterritorial e Gestão Social, leciona a disciplina Indivíduo e Contemporaneidade, em cooperação com a Professora Sonia Gondim; e no Doutorado em Administração do NPGA, compartilha com o Professor Reginaldo Souza Santos a disciplina Teorias da Administração e Administração Política. É líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Conjunturais em Administração-NEC e vice-líder do Grupo de Pesquisa em Administração Política.

**Bárbara  
Leonora Souza  
de Miranda**

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA. Mestre em Administração pela Universidade Salvador (UNIFACS). Graduada em Administração pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA); Especialista em Contabilidade Pública e Controladoria Governamental pela Faculdade Visconde de Cairu (CEPPEV) e Docência do Ensino Superior pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), além de possuir diversos cursos de extensão pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); pela Escola de Administração Fazendária (ESAF); pela Controladoria Geral da União (CGU); entre outras instituições.